

Assunto: **Termo entre UFSC e Estado**

De: DIRETORIA DE GESTAO PATRIMONIAL <dgpa@sea.sc.gov.br>

Enviada em: 19/02/14 13:56

Para: gap@deinfra.sc.gov.br

Resposta para: DIRETORIA DE GESTAO PATRIMONIAL <dgpa@sea.sc.gov.br>



Adicional Contato

Denunciar Spam

Prezada Janaína,

Encaminho cópia do Termo entre UFSC e Estado, para conhecimento do Presidente Paulo Meller.

Atenciosamente,

Eva de Oliveira
Assessora do Diretor DGPA/SEA
(48) 3665-1551

Arquivos Anexos

✘ TERMO UFSC ESTADO.pdf

Salvar anexos

A
SUFRA LITORAL CENTRO,
Engº Cleo

2/
Conhecimento

Engº Paulo Roberto Meller
Presidente do DEINFRA

20/02/14.

Fiente em
25/02/14.
C2P

Eng. Cleo Reis Quaresma
Sip. Reg. de Obras e Op.
Rod. do Litoral Centro
Matrícula: 248.635-0



DIGITADO
CONTRATOS/PROAD/DPC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CONTRATO 015 /2014

TERMO DE CESSÃO PROVISÓRIA DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DE BEM PÚBLICO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC E O ESTADO DE SANTA CATARINA

A Universidade Federal de Santa Catarina, autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei n.º 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pelo Pró-Reitor de Administração, ANTÔNIO CARLOS MONTEZUMA BRITO, CPF n.º 051.518.132-34, nomeado pela Portaria n.º 653/2012/GR de 10 de maio de 2012, doravante denominada CEDENTE, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.951.229/0001-76, com sede no Centro Administrativo de Governo, Rodovia SC-401, KM 05, n.º 4.600, Bairro Saco Brande II, CEP 88020-180, neste ato representado pelo seu Secretário de Estado da Administração, Derly Massaud de Anunciação, nomeado pelo Ato n.º 002, publicado no DOESC, edição n.º 19.487 de 02/01/2013 e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF/MF sob o n.º 130.645.500-63, adiante denominado, simplesmente CESSIONÁRIO, tendo em vista o que consta do Processo n.º 23080.055361/2012-98 e n.º SCC 714/2013 resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Termo será regido pelas Leis n.ºs 8.666/1993 e 6.120/1974, e está em consonância com a proposta do CESSIONÁRIO respaldado na Lei Estadual n.º 15.461 de 18 de abril de 2011, bem como pela Resolução n.º 163/CC de 29 de setembro de 2011, do Conselho de Curadores da Universidade Federal de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto deste Contrato é a cessão de uso, a título oneroso, de uma área medindo 449.346,05 m² (quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis metros e cinco decímetros quadrados), sendo 129.260,74 m² (cento e vinte e nove mil, duzentos e sessenta metros, setenta e quatro decímetros quadrados), para viabilizar as obras de acesso e 320.085,31 m² (trezentos e vinte mil, oitenta e cinco metros e trinta e um decímetros quadrados), que será transferida para a UNIÃO/INFRAERO para construção do novo aeroporto Hercílio Luz. Toda a área é parte do imóvel de propriedade da UFSC, localizado na Fazenda Ressacada, Florianópolis-SC, matriculado sob o n.º 17.190 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital;

Parágrafo Único: A indicada cessão de uso é destinada a possibilitar o andamento das obras de construção do acesso viário e estação de embarque de passageiros do novo aeroporto Hercílio Luz de Florianópolis, conforme contrato já firmado para essa finalidade.

Área
129.260,74 m²
P/Acesso



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CESSÃO DE USO

A presente cessão é feita com a observância, também, das seguintes condições:

- a) vedação de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente;
- b) obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade vinculada ao objeto da cessão de uso e com a utilização do imóvel;
- c) precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;
- d) fiscalização periódica por parte da CEDENTE;
- e) vedação de ocorrência de cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto na Cláusula Segunda deste Contrato;
- f) Durante o prazo de vigência do presente contrato, deverá ser concluído o processo administrativo de permuta definitiva dos imóveis envolvidos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

A CEDENTE obriga-se a:

- a) ceder ao CESSIONÁRIO, a área descrita no objeto para cumprimento da finalidade indicada na Cláusula Segunda deste Termo;
- b) observar as condições especiais descritas nas Cláusulas 3ª e 5ª do presente Termo;
- c) Providenciar as retificações, se necessárias, e os desmembramentos das áreas a serem transferidas para o Estado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

O CESSIONÁRIO obriga-se a:

- a) utilizar a área cedida, exclusivamente, na finalidade definida na Cláusula Segunda deste Contrato; ✓
- b) arcar com todas as despesas incidentes sobre o imóvel durante o prazo de cessão; ✓
- c) obter licenças, alvarás, autorizações etc, junto às autoridades competentes, necessárias ao funcionamento da atividade a que se destina a presente cessão de uso;
- d) cumprir as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade vinculada a mencionada cessão de uso, eximindo a CEDENTE de quaisquer dessas responsabilidades; ✓
- e) não se utilizar de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei nº 9.854/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002); ✓
- f) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para definição do seu nome como beneficiária da indicada cessão de uso do bem; ✓



- g) arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados, dolosa ou culposamente, à CEDENTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes;
- h) permitir que a CEDENTE realize as ações de fiscalização da execução do Contrato, acolhendo as observações e exigências que por ela venham a ser feitas;
- i) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 meses (doze meses), contado da data da assinatura deste instrumento.

Parágrafo Único: O indicado prazo poderá ser prorrogado, a critério das partes, por igual período ou inferior, através de correspondente Termo Aditivo ao presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA

Em contrapartida pelo uso da área objeto da cessão ora formalizada, o CESSIONÁRIO permitirá à CEDENTE o uso dos seguintes imóveis: (A) Área de 380.492,18 m² (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e noventa e dois metros e dezoito decímetros quadrados), matriculada sob o nº 54.698 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca Capital, de propriedade da Centrais Elétricas de Santa Catarina, que será transferida para o Estado em permuta com aquela Empresa, localizada no Bairro Tapeira nesta Capital; (B) Pelo prazo de 15 (quinze) anos, conforme Lei nº 16.265/2013, o imóvel de propriedade do Estado, denominado antiga Delegacia do MEC-DEMEC, matriculado sob os números 33.754 e 33.755, localizado na Rua Don Joaquim esquina com a rua Presidente Coutinho, Centro, nesta Capital, e; (C) Pelo prazo de 04 (quatro) anos, conforme Lei nº 16.265/2013, de forma compartilhada, parte do imóvel de propriedade do Estado denominado CEDUP, localizado em Curitiba, cuja área será delimitada em contrato específico;

§ 1º Os imóveis descritos na cláusula anterior serão entregues livres e desembaraçados, devendo a CEDENTE observar as mesmas condições especiais descritas nas cláusulas 3ª e 5ª do presente Termo;

§ 2º O imóvel (A) será cedido para instalação do Centro de Ciências Agrárias/UFSC, localizado na Ressacada; o imóvel (B) para regularizar a ocupação e permitir a continuidade em funcionamento do Núcleo Multiprojetos de Tecnologia da Pró-Reitoria de Graduação, Casa da mulher Catarina, TVUFSC e o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre desastres – CEPED; O imóvel (C) para uso compartilhado com o Estado, instalando parte do Campus Universitário de Curitiba.

§ 3º Deverão, ainda, Cedente e Cessionário, adotar providências para regularizar as transferências patrimoniais, pendentes junto ao cartório de registro de imóveis, referentes ao Campus da Trindade e Centro de Ciências Agrárias localizado no Bairro Itacorobi, ambos nesta Capital.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

CEDENTE e CESSIONÁRIO, através de Servidores designados, acompanharão e fiscalizarão a execução do presente Instrumento

§ 1º Os representantes das Administrações anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou irregularidades;



§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência daqueles representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CEDENTE E CESSIONÁRIO cometerão infração administrativa se:

- a) inexecutarem total ou parcialmente o presente Contrato;
- b) comportarem-se de modo inidôneo;
- c) cometerem fraude fiscal;
- d) descumprirem quaisquer dos deveres elencados neste Contrato.

§ 1º CEDENTE E CESSIONÁRIO, se cometerem quaisquer das infrações acima indicadas e/ou referidas, ficarão sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) rescisão Contratual.

§ 2º A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

- a) Na aplicação da pena, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- b) As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando os imóveis a seus proprietários, sem direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:

- a) vier a ser dado à área cedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;
- b) houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da Cessão;
- c) ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Será providenciada, pela CEDENTE e CESSIONÁRIO, a publicação, resumida, deste TERMO, no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da sua assinatura, correndo as despesas as custas de cada um.

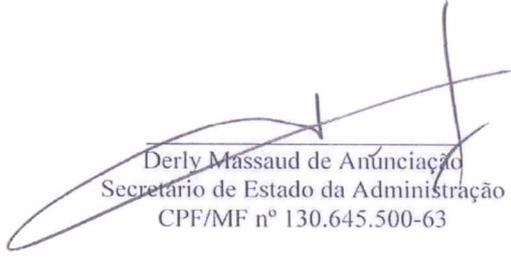
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o da Justiça Federal de Santa Catarina.

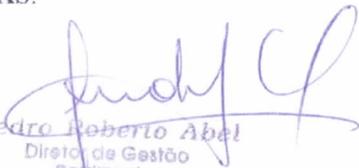
E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente TERMO, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas;

Florianópolis/SC, 10 de Fevereiro de 2014.


Antonio Carlos Montezuma Brito
Pró-Reitor de Administração
CPF/MF n.º 051.518.132-34


Derly Massaud de Anúnciação
Secretário de Estado da Administração
CPF/MF nº 130.645.500-63

TESTEMUNHAS:

Nome: 
Pedro Roberto Abel
Diretor de Gestão Patrimonial
CPF: 049 185 099-91

Nome: 
Genia Cassano Benito
CPF: 357.050.268-62
CPF:

